INFORMATIVO

Nº 10 ABRIL DE 2001

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical do ANDES - SN

Discuta este Informativo em sua Unidade e leve um posicionamento à

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES DA UFMG
Dia: 08 de maio
Local: Auditório da Fac. de Letras - Sala 1007
Hora: 9 horas

Veja neste Informativo:

- Relatório da Reunião do Setor das Federais e avaliação dos resultados;
- Reunião do Jurídico;
- Tabelas salariais de professores.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

Brasília, dias 4 e 6 de abril de 2001

PAUTA:

Dia 4/4 – Reunião do Setor das Federais, ampliada com a participação de docentes da carreira de 1° e 2° graus, para discutir questões relacionadas a este segmento docente e à preparação da manifestação do campo da educação no MEC, no dia 5/4.

- Luta pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1° e 2° graus
- Ato no MEC (5/4)

Dia 6/4 – Continuação da Reunião do Setor das Federais, para avaliar as atividades desenvolvidas, considerar o resultado da Rodada Nacional de AGs, propor os encaminhamentos necessários e preparar participação na plenária dos SPFs.

- Avaliação e encaminhamentos da rodada nacional de Ags (19 a 23 de março)
- Plano de lutas da CNESF – campanha salarial, FGTS, análise do indicativo de retomada da Greve Nacional Unificada dos SPF para a primeira quinzena de maio.

INFORMES NACIONAIS:

A reunião teve início às 10h15 com uma breve explicação por parte do presidente acerca dos motivos que levaram à sua convocação.

A reunião foi definida durante a realização do 20° Congresso com vistas a discutir os problemas da carreira de 1° e 2° Graus, bem como uma forma mais efetiva de luta contra a GID, debatendo formas de luta pela implementação do Projeto de Carreira Única.

Na seqüência, o presidente fez um relato, mostrando como a greve de 98 contribuiu para a quebra da paridade do ensino superior com o ensino de 1° e 2° graus, por causa do privilégio estabelecido a partir de uma gratificação produtivista e discriminatória (GED). Foi lembrado o transtorno gerado em relação à atribuição das bolsas de 1° e 2° graus com exclusão dos aposentados.

O processo de diferenciação expresso na GID revela uma questão mais profunda de transformação dentro das IFES. Todas as versões de carreira do MEC indicam uma carreira diferenciada para o ensino técnico.

Tem-se a preocupação com a perspectiva de que estas questões possam acelerar a criação dos Institutos Superiores de Educação. O MEC entende que a formação técnica não deve ter como *locus* privilegiado a universidade. Se retomarmos as deliberações de Congressos e CONADs, veremos como essa preocupação aparece expressa nos documentos produzidos pelo sindicato. Por isso mesmo, devemos avaliar com muito cuidado, pois as ações do MEC são partes de um projeto mais amplo que está em curso.

A Medida Provisória da GID foi transformada em lei, e é preciso entender em que circunstâncias houve essa transformação. Uma leitura inicial poderia levar a uma interpretação de que o Sindicato e os partidos de oposição foram descuidados em relação à GID. Ocorre que a MP estava no Congresso sem previsão de quando seria votada. Com a crise política estabelecida no Congresso, o início da convocação extraordinária não tinha conseguido votar nenhum decreto. Repentinamente, por um acordo de lideranças, decidiu-se votar subitamente um pacote de 18 MPs incluindo a GID, o que surpreendeu a todos. Apesar disso, havia sido garantida aos partidos de oposição a possibilidade de apresentar destaques ao PL, mas na hora da votação tal acordo não foi respeitado.

Foi lembrado ainda que todas as versões do projeto de Emprego Público sinalizam para a quebra da Carreira Única. A última versão, de março de 2001, estabelece uma diferenciação entre os professores de 1° e 2° graus (designados como Professores de Ensino Fundamental e Médio), os professores de ensino técnico (designados como docentes de ensino profissional) e os professores de nível superior.

Em decorrência desse processo, o Sindicato tem que atuar em 3 frentes simultâneas:

- as reformas no processo de formação de professores (PROEP, p.ex.)

- a questão do Emprego Público;

- as questões mais específicas referentes ao 1° e 2° graus (GID).

ENCAMINHAMENTOS

Dia 4/4

Quanto à questão de 1° e 2° graus, o Setor das Federais aponta os seguintes encaminhamentos:

1. lutar pela incorporação emergencial da GED, pelos seus valores máximos, aos salários básicos de todos os docentes do magistério superior, de 1° e 2° graus, ativos ou aposentados, e aos dos (as) pensionistas, como parte da luta pela reposição das perdas salariais. A conquista do reajuste salarial linear integral, de acordo com o ICV do Dieese (75,48%), substitui as gratificações concedidas após 1995.

2. reafirmar a prioridade da luta pela Carreira Única do ANDES-SN, protocolizada no MEC, com o objetivo de incluir todos os docentes da carreira de 1° e 2° graus das IFES na Carreira Única do ANDES-SN.

3. lutar contra a implantação da proposta de Emprego Público nas IES públicas.

4. realizar seminário para discussão e aprofundamento das questões relacionadas aos docentes de 1° e 2° graus. Este seminário deverá fazer parte de um conjunto de atividades afins, como a participação do ANDES-SN na Reunião Anual da SBPC – programação oficial e paralela; o III Seminário sobre o Ensino Tecnológico do Sindcefet-PR e o Seminário de 1° e 2° graus da Regional RS. Pontos a serem abordados: diagnóstico abrangente da reforma do ensino técnico, agrotécnico e tecnológico e, também, da política de formação de professores e discussão da identidade dos docentes da carreira de 1° e 2° graus como docentes do ensino superior.

5. Produção de material publicitário que enfoque a identidade dos docentes da carreira de 1° e 2° graus como docentes do ensino superior, em favor da carreira única do ANDES-SN, e contra a política de desmembramento das unidades de ensino básico das IES públicas.

Dia 6/4

A definição dos encaminhamentos foi precedida de uma avaliação de conjuntura, com 57 intervenções; ao final foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

1 - **PROPOSTA 2***: Os docentes presentes à reunião do setor das Federais, representando 32 Seções Sindicais, frente:

- ao recrudescimento dos ataques que o governo desfere contra os serviços públicos, em particular sobre as IFES e à comunidade universitária;

- à não solução das demandas constantes de nossa pauta de reivindicações;

- ao emprego sistemático de estratégias desmobilizantes baseadas em pseudo-negociações e anúncios contraditórios,considera imprescindível implementar o plano de lutas deliberado no 20° Congresso, construindo a greve por tempo indeterminado dos SPFs ou do setor da educação (específica dos docentes se as circunstâncias assim indicarem).

As circunstâncias determinantes para que se assuma estes movimentos devem responder a análises e acompanhamentos dos desdobramentos da conjuntura em função do êxito na operacionalização de um plano de lutas que aponte para o avanço do processo de mobilização, que já dá mostras de tal possibilidade.

2 - Que a Diretoria Nacional (DN) discuta a elaboração de uma campanha em defesa da Universidade Pública, tendo como mote central o Emprego Público. Sugere-se para esta campanha a análise dos seguintes instrumentos:

a. Jornal da entidade, específico sobre: produção da universidade; artigos sobre o papel que a universidade jogou na construção tecnológica do país; depoimento de entidades/personalidades sobre o papel estratégico da Universidade no desenvolvimento independente do país;

b. campanha de mídia: outdoor e TV (poderia ser feita regionalmente);

c. seminário nacional sobre universidade/desenvolvimento nacional com nomes de personalidades como p.ex. Marilena Chauí, Roberto Romano, Maria da Conceição Tavares, Carlos Nelson Coutinho, entre outros;

d. realização de um grande show musical em defesa da universidade pública com artistas de renome nacional.

3- Que as Seções Sindicais encaminhem posicionamento contrário ao conteúdo da portaria 63 e denunciem a postura do Ministério da Educação de descumprimento das posições assumidas em audiência com entidades nacionais.

4- Que as Seções Sindicais encaminhem a construção de uma pauta de reivindicações interna local, em discussão conjunta com técnico-administrativos e estudantes.

5- Que a DN elabore um questionário para subsidiar o diagnóstico das IFES e o perfil dos docentes.

6- Que as Seções Sindicais encaminhem campanha de informação pautada no significado histórico e político atual de cada item que compõe hoje o contracheque dos professores.

7- Que as Seções Sindicais retomem, a partir de informativos pontuais, cada uma das bandeiras de luta do MD, tais como: isonomia, carreira e PUCRCE, malha salarial, incentivos à titulação, entre outros.

8- Recomendações para as Seções Sindicais:

a. Integrar-se às ações de denúncia dos deputados que ainda não assinaram a CPI.

b.Colher assinaturas no abaixo-assinado da "CPI da corrupção".

c.Integrar o Fórum Estadual de Lutas de cada Estado.

d. Desenvolver atividades em 20/4, referentes ao Dia Continental em Defesa do Ensino Público e contra os tratados de livre comércio.

9- Que a DN encaminhe ao Fórum Nacional de Lutas a proposta de que o Fórum elabore um modelo de texto a ser veiculado em rede para que as pessoas, individualmente, o encaminhem aos deputados federais e senadores de

seus estados os quais ainda não apoiaram a CPI da corrupção.

10- Propor que a CNESF constitua uma comissão para trabalhar atividades conjuntas e permanentes com as entidades que organizaram o ato do dia 05.

11- Sugerir à CNESF que a pauta do próximo boletim da campanha salarial unificada inclua um perfil de todas as categorias que compõem a coordenação, com os principais problemas de seus trabalhadores, a condição salarial e de trabalho e as conseqüências para a população, oriundas desse quadro.

12- Construir ação de massa em Brasília, mantendo a unidade com os demais setores do movimento social organizado, em data a ser definida no decorrer da Jornada de Lutas.

13- Propor que a plenária dos SPFs do dia 7 aprove paralisação de 24h dos SPFs com atos e mobilizações no final de abril ou início de maio em data a ser definida com as demais entidades.

** Esta proposta (nº 2) foi aprovada mediante votação nominal (a seguir) em contraposição à seguinte proposta (nº 1)*

PROPOSTA 1:Os docentes presentes à reunião do setor das Federais, representando 32 Seções Sindicais,

- frente ao recrudescimento dos ataques que o governo desfecha contra os serviços públicos, em particular sobre as IFES e à comunidade universitária;
- frente à não solução das demandas constantes de nossa pauta de reivindicações;
- frente ao emprego sistemático de estratégias desmobilizantes baseadas em pseudo-negociações e anúncios contraditórios, considera imprescindível construir a luta do setor da educação, com ênfase no embate contra o Emprego Público(e específica dos docentes se as circunstâncias assim o indicarem), e dos SPFs considerando tais movimentos como não excludentes. Os determinantes de se assumir estes movimentos devem responder a análises e acompanhamentos finos dos desdobramentos da conjuntura em função do êxito na operacionalização de um plano de lutas que aponte para o avanço do processo de mobilização, que já dá mostras de tal possibilidade.

VOTAÇÃO: considerando o pedido feito de votação nominal, apresenta-se na seqüência o seu resultado:

- A FAVOR DA PROPOSTA 1: ADUFPB-JP, ADUFAL, APUB, APUBH, ADUFES, ADUNI-RIO, ADUFSCAR, ADUFRGS.
8 votos

- A FAVOR DA PROPOSTA 2: ADUA, ADUFAC, ADUFPA, APRUMA, ADUFPI, ADURN, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFS, ADUNB, ADUFG, ADUFU, ADCEFET-MG, APES-JF, ADUFRJ, ADUFF, APUFSC, SINDOCEFET-PR, APROFURG, ADUFPEL.
20 votos

- ABSTENÇÕES: ADUFC, APUFPR.
2 votos

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES APRESENTADO PARA A PLENÁRIA DOS SPFs:

11/4- reunião do Fórum Nacional de Lutas.

18/4 – reunião das entidades das três esferas do serviço público com a CUT Nacional.

17/4- atuação nos estados em atos unificados com o MST, CUT e Fóruns de Luta, demarcando a campanha salarial dos SPFs.

20/4- Dia Continental em defesa do Ensino Público e contra os tratados de livre comércio.

1/5- atuação nos atos estaduais, demarcando a presença dos SPFs.

2 a 11/5- Rodada de Ags, na dependência da definição da plenária dos SPFs.

12/05- Plenárias Setoriais.

13/05- Plenária dos SPFs.

Relatório dos representantes da APUBH - 1º e 2º graus

A Reunião do Setor das Federais, em Brasília, no dia 04/04, teve como um dos pontos de pauta a situação dos docentes da carreira de magistério de 1º 2º graus das IFES. De acordo com as deliberações do 20º Congresso, deveria ser programado um Seminário Nacional com esse fim. Feito o relato das AD's presentes, ficou evidente um nível de ansiedade muito grande, por parte das bases de professores da carreira de 1º e 2º graus, que tinham a expectativa de algum encaminhamento pela ANDES quanto à implantação e regulamentação da GID.

Entretanto, foram reafirmadas as posições tiradas no Congresso: Carreira Única, rejeição da GID, extensão da GED em seu maior valor aos docentes de 1º e 2 º graus e aposentados e sua posterior incorporação ao salário. Quanto ao seminário foram aventadas várias possibilidades de realização integrarem-se ao III Seminário de Ensino Tecnológico – CEFET/Paraná, programado para 01 e 02 de junho de 2001. Também foi sugerido que as AD's encaminhem o processo de negociação da GID com suas respectivas reitorias.

Tabela das AD's

Situação	Número de AD's
Sem decisão em relação à greve	23
Em processo de mobilização	4
Favorável à greve	4
Contrários à greve	3
Sem informação	24
Total de AD's	58

Polêmica na reunião das IFES

A reunião do setor das federais da ANDES de 6 de abril passado foi marcada pela polêmica em torno da aprovação ou não da construção de greve conjunta com os servidores públicos federais (SPFs). Pelos informes das seções sindicais presentes, ficou patente a desmobilização e o pequeno número de participantes nas assembléias de professores. Mesmo assim, por 20 votos a 8, a proposta de greve conjunta foi encaminhada à plenária

dos SPFs realizada no dia seguinte. Aí venceu a proposta de greve por tempo indeterminado a partir da primeira semana de junho, podendo ser antecipada para maio se assim vier a ser deliberado.

Consideramos que a prioridade deve ser a de conseguir um eixo de luta que mobilize os professores, já que a defasagem salarial é patente e já deixa rastros muito negativos na prática acadêmica: os professores, descrentes na atuação conjunta, têm procurado saídas individuais para manter em dia seus compromissos, com notórias conseqüências para a desagregação do *ethos* acadêmico.

Pesa ainda, na dificuldade de mobilização, o problema político de conseguirmos coesão interna no sindicato. Reina aí, conforme demonstrado pelas discussões do setor, a divisão entre os que defendem a atuação conjunta com os SPFs e aqueles que avaliamos que tal unidade é objetivo a alcançar que, no entanto, não depende do voluntarismo das direções sindicais, mas antes das condições de mobilização e negociação das diversas categorias do funcionalismo que foram diferentemente afetadas pela política de arrocho salarial do governo. Nestas circunstâncias, a de atuação conjunta seria da ordem de uma coincidência da conjuntura, possibilidade que não conseguimos discernir no momento. Só nesse caso se compreenderia uma proposta de reajuste linear de 75,48%.

Não obstante, observamos uma indignação crescente entre os professores da UFMG, principalmente quando se dão conta de que os nossos salários são os mais baixos entre as IFES, dado que os ganhos judiciais incorporados ao pagamento são um diferencial importante entre as universidades nos dias de hoje.

Compareça à assembléia de 8 de maio e traga a sua contribuição: a tendência não é o destino.

Questões jurídicas são analisadas em encontro

Reunidos em Brasília, de 30 a 31 de março, assessores jurídicos de diversas associações de docentes debateram temas importantes como a Lei de Responsabilidade Fiscal, GED, GID e a interminável batalha do FGTS. A APUBH esteve representada pelo advogado Ítalo Nicoliello e pela professora Tânia Hirochi.

O encontro, que possibilitou um momento de reflexão entre dirigentes sindicais e advogados, tratou com destaque a questão do emprego público. O fim da exclusividade do regime de trabalho, instituído pela Lei 8.112/90 na Administração Pública, ocorrido a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 19, foi considerado como mais uma tentativa do governo de desestruturar o aparelho estatal, aviltando o salário de seus funcionários. Lembrou-se, também, que a Lei 9.962, de fevereiro de 2000, prevê a chance de contratação de pessoal sob o regime da CLT. Entre as conseqüências desta orientação legal, estaria o fim da estabilidade.

Os participantes mencionaram a precarização das relações de trabalho entre servidor e Estado, recapitulando a Portaria Interministerial nº 63, dos ministérios da Educação e Planejamento, que vedou, nas Instituições Federais de Ensino, o provimento de cargo submetido ao regime da Lei 8.112/90 desde 20 de março, ressalvados os concursos realizados até 31 de janeiro. Relembraram, ainda, o cancelamento das autorizações para contratação de professor substituto não utilizadas até 31 de março.

A partir do anteprojeto de lei que trata da criação de 200 mil empregos públicos, presumiu-se que as disseminações desses empregos nas universidades e a continuidade da política oficial de gestão dos recursos humanos vão acabar fomentando a discriminação e a discórdia. E que os titulares de empregos públicos poderão ser contemplados pela Administração com maiores vantagens, o que provocaria uma transposição forçada daqueles que são titulares de cargos públicos; num grau extremo, isso daria ensejo à extinção paulatina dessas carreiras.

Trabalho de conscientização

Foi sugerida uma maior divulgação de material informativo que denuncie essa campanha de aviltamento do servidor público e o envolva na luta pela manutenção de suas garantias e prerrogativas. Cogitou-se o ajuizamento de ações para demonstrar ao Judiciário as incompatibilidades entre o regime celetista e as premissas do serviço público.

Quanto ao pagamento da GED e GID, concluiu-se pelo direito dos professores de receberem valor acima do mínimo atribuível à GED, em casos de afastamento por licença médica, férias e licença-prêmio. O mesmo ocorreria com os docentes não contratados que, sem se submeterem a processo de avaliação, não recebem a gratificação. Os participantes relataram casos de tramitação de processos relativos ao pagamento da GID para os aposentados.

A interminável batalha pelo FGTS foi alvo de atenção, criticando-se o Projeto de Lei Complementar do governo para correção dos saldos defasados, que transfere a conta para trabalhadores e empresários e deixa a União com a menor fatia do ônus. Alguns advogados mencionaram os novos fundamentos que podem provocar a reapreciação da matéria no Supremo Tribunal Federal em relação aos planos Collor I em maio de 1990 e Collor II. Trata-se do transcurso de prazo de reedição de uma das medidas provisórias referentes ao primeiro plano e da conversão em lei da MP que instituiu o segundo plano.

Tabelas Salariais

Veja algumas tabelas de salários de professores em outras universidades. Compare-os com o que estamos recebendo:

Unicamp

Docentes Magistério Superior a vigorar a partir de 01/01/2001

Função	Títulos	RTP	RTC	RDIDP
Instrutor MS-1	--	305,29	774,95	1.761,22
Professor Assistente MS-2	título integral sem título	451,78 355,73	1.146,81 903,00	2.606,34 2.052,24
Prof Assistente Doutor MS-3	título integral 70% do título sem título	631,89 499,23 393,09	1.604,01 1.267,24 997,83	3.645,42 2.880,05 2.267,75
Professor Livre Docente MS-4	título integral 70% do título sem título	724,19 636,64 432,35	1.838,30 1.616,05 1.097,49	4.177,88 3.672,79 2.494,26
Professor Adjunto MS-5	título integral 70% do título sem título	753,37 657,07 432,35	1.912,37 1.667,91 1.097,49	4.346,24 3.790,64 2.494,26
Professor Titular MS-6	título integral 70% do título sem título	908,32 786,37 501,83	2.305,69 1.996,14 1.273,86	5.240,12 4.536,61 2.895,09

RDIDP = Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa
RTC = Regime de Turno Completo
RTP = Regime de Turno Parcial

Unimep

Salário Mensal

Categoria	Salário
Doutor VII	R$ 8.285,27
Doutor VI	R$ 7.890,73
Doutor V	R$ 7.514,98
Doutor IV	R$ 7.157,12
Doutor III	R$ 6.816,30
Doutor II	R$ 6.491,71
Doutor I	R$ 6.182,58
Mestre III	R$ 5.152,15
Mestre II	R$ 4.906,81
Mestre I	R$ 4.673,15
Assistente III	R$ 4.063,61
Assistente II	R$ 3.870,10
Assistente I	R$ 3.685,81

PUC/Minas

Categoria	Valor (por aula)
Auxiliar	R$ 15,94
Assistente 1	R$ 17,75
Assistente 2	R$ 18,62
Assistente 3	R$ 19,58
Adjunto 1	R$ 21,53
Adjunto 2	R$ 22,58
Adjunto 3	R$ 23,72
Titular	R$ 26,10

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Categoria	Regime de Trabalho	Valor
Auxiliar	10 horas	R$ 449,43
Auxiliar	40 horas	R$ 1.797,72
Assistente	10 horas	R$ 564,01
Assistente	40 horas	R$ 2.256,04
Adjunto	10 horas	R$ 705,02
Adjunto	40 horas	R$ 2.820,08
Titular	10 horas	R$ 881,27
Titular	40 horas	R$ 3.525,08

Cronograma de atividades

18 a 20/04: Fórum da UNDIME em Brasília;
19 a 21/04: Oficina Sindical em BH no Hotel Del Rey;
20/04: Ato nos Estados contra a ALCA;
26/04: Reunião do GT Política Educacional – Brasília;
27/04: Plenária Nacional do Fórum em Defesa da Escola Pública;
28/04: Reunião GT Política Educacional;
01/05: Ato nos Estados – CUT;
5 e 6/05: Reunião GT Seguridade Social – Aracaju;
02, 03 e 04/05: Calourada da UFMG;
10/05: Protocolo de audiência com o Presidente da República;
14 a 17/05: Seminário Nacional Democracia e Construção no Pensamento Educacional Brasileiro – Niterói;
17 e 18/05: Reunião Ampliada do GT de Assuntos de Aposentadoria;
20/05: Plenária dos SPFs;
5 a 8/06: VI Seminário Nacional sobre Formação dos Profissionais da Educação – ANFOP – Curitiba;
28/06 a 01/07: 42° CONAD – Uberlândia;
13 a 18/07: 53° Reunião Anual da SBPC – Salvador;
28 a 31/8: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes – Ouro Preto;
7 a 11/10: 24° Reunião da ANPED em Caxambu.

ATUALIZE SEU ENDEREÇO E SEU E-MAIL

NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS NOTAS

Universidade no Cinema

Estaremos veiculando em maio, nas principais salas de cinema da capital, mensagem em defesa da Universidade e da Escola Pública. Acompanhe e participe dessa ação, discutindo o tema com outras pessoas.

Ação pelos 10,87%

A APUBH vai entrar novamente com ação ordinária para exigir o aumento de 10,87% para os professores, a exemplo do que foi concedido para uma parcela dos trabalhadores, através da Medida Provisória n 1.053, publicada pelo governo em 30/6/96. Esse reajuste corresponde à variação acumulada do IPC-r entre a data-base dos servidores públicos de janeiro a junho de 1995.

Os professores interessados em ingressar com a ação que, se for acatada, prevê o pagamento através de precatório, devem apresentar esta documentação **até 30 de abril:**

⇒ *Procuração com firma reconhecida;*

⇒ *Contrato de honorários;*

⇒ *Declaração hipossuficiência financeira, no caso de quem desejar beneficiar-se da assistência judiciária gratuita, com isenção de custas prévias, honorários de sucumbência, preparo de recurso etc;*

⇒ *Cópia autenticada da carteira de trabalho (págs. da fotografia, qualificação civil e do contrato de trabalho);*

⇒ *Cópia autenticada dos contra-cheques dos meses de dezembro de 1995 e janeiro de 1996.*

Mandado de Segurança para obtenção da GED integral para professores aposentados

A APUBH estará impetrando mandado de segurança com o objetivo de garantir 100% da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) para os professores aposentados da carreira do magistério superior.

Portanto, caso o colega deseje participar da referida ação, deverá entregar na sede da APUBH (Rua Artur Itabirano, 70) ou no PA Medicina (Av. Alfredo Balena, 190 sala 2029) **cópia autenticada** de um contra-cheque onde consta o pagamento da GED. O prazo para recebimento dos contra-cheques para ingresso na referida ação se encerrará, impreterivelmente, no dia 30 de abril.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE: Beatriz Couto

1°. VICE-PRESIDENTE: Ciomara Nunes

2°. VICE-PRESIDENTE: Rodney Saldanha

1°. SECRETÁRIO: Délcio Salomon

2°. SECRETÁRIO: José Antônio Armanelli

1°. TESOUREIRA: Otávia Fernandes

2°. TESOUREIRA: Rosângela Carrusca

1°. SUPLENTE: Maria Inês Toledo

2°. SUPLENTE: Juliana Bastos

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ana Maria R. Oliveira
Reg. Prof. 2.032/MG

Editoração: Mary O. Assis

TIRAGEM: 3.000 exemplares

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 São José/Pampulha CEP 31275-020 - BH/MG

Tel: (0xx31) 3441-7211
Fax: (0xx31) 3441-1303

e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: www.apubh-ufmg.org.br